

XAVIER (António Manuel), *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*. Casa do Sul Editora e Centro de História da Arte da Universidade de Évora, Évora, 2004. 109 pág., ilustr. ISBN: 972-8661-19-3.

De aplaudir o facto de a Universidade de Évora ter logrado obter financiamento para esta publicação. Nela são citados outros trabalhos, policopiados, inéditos, existentes na biblioteca do Centro, também eles realizados em contexto de fim de curso da licenciatura em Arquitectura Paisagista, que se me afiguram de enorme valia e que mereceriam, por isso, ser divulgados em letra de forma. Sempre preconizei que os trabalhos escolares, mormente os que abordassem temática original, deveriam ser apoiados com vista à sua publicação e, por conseguinte, é bom verificar que isso aqui sucedeu e o autor acabou, inclusive, por alargar o seu projecto de investigação às cercas dos conventos do norte do País, tema do II volume da série, já publicado também.

Trata-se de um estudo deveras original, porque aborda o tema dos conventos de uma perspectiva espacial, como se impunha, de resto, no quadro de uma licenciatura em Arquitectura Paisagista. Onde se

instalou este convento? Porquê neste local? Em que condições? Como se organizava o espaço e com que intenções? Que filosofia, que ascética está por detrás de uma fundação? Haverá, nos conventos da Ordem, a mesma lógica em toda a parte?

O autor, numa linguagem tersa, de leitura fácil, faz o enquadramento histórico da fundação destes conventos do Sul de Portugal – integrados na chamada Província da Piedade –, e explícita, depois, como se fazia a apropriação do espaço: a escolha do lugar e do sítio e a escolha pelos sentidos, aspecto este que se revela de grande alcance, como se verá.

Note-se, porém, que a atenção se não desvia para o edifício, não se concentra nele, mas sim no seu enquadramento, no espaço envolvente, a que se atribui – atendendo, naturalmente, à sua morfologia e a aspectos físicos pertinentes, como a necessidade de rega e o tipo de vegetação (existente ou a introduzir) – uma religiosidade própria, o que os Romanos teriam chamado «o génio do lugar», determinante, por exemplo, da «definição de percursos».

Há, pois, essas realidades obrigatórias: o edifício, o pátio da cisterna, a mata, o pomar e a horta; contudo, há também o «Horto do Recreio» e o «Jardim de Jericó», espaços destinados à contemplação: teria o primeiro «um carácter lúdico, ornamental ou puramente metafórico», «onde se plantariam as flores, de grande valor simbólico e seráfico, usadas para adornar os altares e as capelas dos frades capuchos» (p. 68); seria o segundo um “jardim pequeno”, «mas de enorme significado simbólico» (*ibidem*), pois, de acordo com a narração bíblica, foi Jericó a primeira cidade que acolheu os Hebreus aquando do seu regresso do Egipto: uma Jericó sita no vale do Jordão, «verdadeiro oásis verdejante, famoso pelas suas tamareiras e pelo bálsamo, oloroso e medicinal, das suas árvores». Por isso, a água é, aí, «símbolo de vida e de fertilidade, fonte de regeneração corporal e espiritual, como sinal de pureza alcançada após tão longa e penosa travessia pelo deserto» (p. 70). Descanso merecido, paraíso, salvação constituem, por conseguinte, palavras que lhe estão intimamente associadas.

Complementam o texto, no final, minuciosos quadros, a permitir, em análise comparativa, uma visão de conjunto dos aspectos abordados.

Perpassa por toda a obra evidente preocupação: é que, dos 21 conventos analisados, boa parte deles, senão a quase totalidade, ameaça ruína, devido ao estado de abandono em que se encontram.

As perspectivas do seu aproveitamento, por exemplo como turismo de habitação, revestem-se, presentemente, de escolhos sem conta, dado o elevado montante das verbas exigidas. Nem todos tiveram a 'sorte' – ainda que os dois casos que vou citar sejam do concelho de Cascais – de se verem transformados, um, antigo conventinho franciscano, em escola, embora mantendo a cerca e a mata: a Escola Salesiana de Santo António do Estoril; outro, o dos Carmelitas Descalços, ora Centro Cultural de Cascais, que também tinha cerca e mata. O de Santo António de Tavira, ao invés, propriedade particular e habilitado a turismo de habitação, passa, neste momento, por enormes dificuldades: torna-se incomportável, sem apoios institucionais, manter um imóvel de tão grandes dimensões e com recheio a condizer – mobiliário antigo, por exemplo.

Justificando a oportunidade destes estudos, nomeadamente sobre as cercas, sublinha o autor, nas «considerações finais», o «valioso papel que desempenham no desenvolvimento da Arte, em Portugal, do Jardim e da Paisagem, e, conseqüentemente, na definição de um adequado e coerente programa de protecção, recuperação e conservação de tão importante valor patrimonial». Foram os frades pioneiros no povoamento de zonas desérticas, na prática e no ensino da agricultura e das técnicas hortícolas, na disseminação de conhecimentos médicos e botânicos, manifestando desde cedo «um espírito e um comportamento ecológico genuínos» (p. 71).

Resulta, como se sabe, toda essa lamentável situação da decisão tomada por Joaquim António de Aguiar de extinguir, a 28 de Maio de 1834, todos os conventos. Os frades foram compulsivamente expulsos e os edifícios vendidos em hasta pública. Alguns, o Estado aproveitou para aquartelamento ou, pela sua valia arquitectónica,

viu-se forçado a considerá-los monumentos; boa parte, porém, passou a ser casa senhorial. Enquanto houve posses e famílias numerosas e unidas, o «senhor» manteve o imóvel; quando os negócios deixaram de dar lucro bastante e cada um dos herdeiros puxou para seu lado, o abandono sobreveio, com a pergunta fatal: «Que se lhe há-de fazer?».

A razão de me haver proposto analisar este livro numa óptica de património edificado susceptível de utilização para fins turísticos resulta, como se imagina, da originalidade do tema. É que não basta olharmos para o edifício em si: tantas celas, tantos quartos; refeitório facilmente adaptável a sala de jantar; claustro interior de ambiente propício a pequenos concertos, a jantares ou chás dançantes... O edifício tem um contexto espacial envolvente, cujo primitivo significado importa realçar e dele usufruir. Não se trata, pois, de mero turismo de habitação ou, sequer, de singelo turismo rural: há uma dimensão existencial, mística, de recolhimento, serenidade e meditação que urge pôr em evidência, numa época em que essa vertente espiritual é cada vez mais apetecida e procurada, como contrabalanço da frenética agitação quotidiana. A cerca do convento, com o seu horto místico, o seu jardim de Jericó em meio da quietude sussurrante das águas a cair nos tanques ou a esgueirar-se por sinuosos canais... terá de representar, doravante, a mais-valia, quiçá até a pedra de toque para que investidores e entidades encarem esses espaços com um outro olhar.

«É precisamente o carácter religioso do espaço da cerca conventual que apela ao seu segredo, que motiva a sua contenção», escreve António M. Xavier, que acentua logo a seguir o fascínio que se desprende da «construção de uma varanda, de uma conversadeira junto a uma janela, de um pátio sobrelevado ou de um miradouro» a corroborar «a subtil intenção de se quebrar essa barreira inexpugnável, quase permitindo ver sem ser visto» (p. 53). E são esses pormenores que importa explorar numa perspectiva nova.

Vem, pois, em nosso auxílio o que se preconizou na Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos, de 1981. As cercas dos conventos, neste caso dos

conventos capuchos, integram-se perfeitamente nesse espírito:

«O jardim histórico é uma composição de arquitectura cujo material é essencialmente vegetal e, por conseguinte, vivo, perecível e renovável», «o resultado de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações do ano, do desabrochar e do envelhecimento da natureza, assim como da vontade artística e de artifício que tende a perpetuar o seu estado».

Vai nesse sentido – ainda que não encarado do ponto de vista do aproveitamento turístico que preconizo – boa parte da investigação que está a ser desenvolvida no curso de Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora, com o que muito hemos de nos congratular, pelo valor acrescentado que pode acarretar ao que hoje consideramos ruínas a abandonar e que, se se apresentarem bons e inovadores projectos, poderão vir a captar inesperadas sinergias. A bem do património, em prol de mais sagaz e actualizada oferta turística.

*José d'Encarnação*